

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	33
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	114.744
Preferenciais	0
Total	114.744
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	398.990	375.044
1.01	Ativo Circulante	22.527	36.048
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.600	30.442
1.01.03	Contas a Receber	3.336	3.538
1.01.03.01	Clientes	3.336	3.538
1.01.04	Estoques	806	843
1.01.06	Tributos a Recuperar	313	379
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	313	379
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.256	625
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	216	221
1.01.08.03	Outros	216	221
1.02	Ativo Não Circulante	376.463	338.996
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.492	10.901
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.013	9.573
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Restritas	11.013	9.573
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.338	1.182
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.338	1.182
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	141	146
1.02.01.07.01	Depósitos judiciais	115	115
1.02.01.07.02	Despesas Antecipadas	26	31
1.02.03	Imobilizado	1.077	1.105
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.077	1.105
1.02.04	Intangível	350.723	314.373
1.02.04.01	Intangíveis	350.723	314.373
1.02.05	Diferido	12.171	12.617

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	398.990	375.044
2.01	Passivo Circulante	47.714	46.219
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.783	1.457
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.783	1.457
2.01.02	Fornecedores	11.642	16.474
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.642	16.474
2.01.02.01.01	Fornecedores	7.530	11.750
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	4.112	4.724
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.796	1.846
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.796	1.050
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.796	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	796
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.474	3.367
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.474	3.367
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.474	3.367
2.01.05	Outras Obrigações	21.297	18.011
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.504	15.339
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	11.962	10.873
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.542	4.466
2.01.05.02	Outros	4.793	2.672
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	884	884
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	195	188
2.01.05.02.05	Adiantamento de seguros	1.554	1.554
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.160	46
2.01.06	Provisões	5.722	5.064
2.01.06.02	Outras Provisões	5.722	5.064
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovia	561	484
2.01.06.02.06	Provisão para investimento em rodovia	5.161	4.580
2.02	Passivo Não Circulante	227.047	205.018
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	179.656	158.948
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	179.656	158.948
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	179.656	158.948
2.02.02	Outras Obrigações	37.000	37.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.000	37.000
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	37.000	37.000
2.02.04	Provisões	10.391	9.070
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58	57
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	1
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	56
2.02.04.02	Outras Provisões	10.333	9.013
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	10.333	9.013
2.03	Patrimônio Líquido	124.229	123.807
2.03.01	Capital Social Realizado	119.933	119.933
2.03.04	Reservas de Lucros	4.296	3.874
2.03.04.01	Reserva Legal	0	254
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	3.620

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	58.134	33.937
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.983	-26.436
3.03	Resultado Bruto	6.151	7.501
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.678	-1.666
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.502	-1.514
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-176	-152
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.473	5.835
3.06	Resultado Financeiro	-3.717	-3.995
3.06.01	Receitas Financeiras	956	99
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.673	-4.094
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	756	1.840
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-334	-476
3.08.01	Corrente	-490	-561
3.08.02	Diferido	156	85
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	422	1.364
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	422	1.364
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00368	0,03014
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00368	0,03014

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	422	1.364
4.03	Resultado Abrangente do Período	422	1.364

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.469	13.542
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.583	7.886
6.01.01.01	Lucro (prejuízo líquido do exercício)	422	1.364
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.655	1.950
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-156	-84
6.01.01.06	Juros e variações sobre mutuos	1.295	1.585
6.01.01.07	Despesas de juros, liquidas das receitas	2.903	2.060
6.01.01.08	Resultado de reversão de ajuste a valor presente	225	132
6.01.01.09	Reversão de provisão para riscos civeis e trabalhistas	0	-169
6.01.01.10	Provisão para manutenção em rodovia	1.239	1.048
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.114	5.656
6.01.02.01	Contas a receber	202	-911
6.01.02.02	Estoques	47	-87
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.626	-347
6.01.02.04	Imposto a recuperar	111	4
6.01.02.05	Contas a receber - partes relacionadas	0	101
6.01.02.06	Fornecedores	-1.048	46
6.01.02.07	Transações com partes relacionadas	284	532
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	448	-116
6.01.02.09	Obrigações fiscais	132	719
6.01.02.10	Cauções contratuais	-49	198
6.01.02.11	Imposto de renda e contrb. social pagos	-44	-40
6.01.02.13	Outros passivos	2.111	7.746
6.01.02.14	Juros pagos	-3.682	-2.189
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.858	-18.717
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-21	-52
6.02.02	Adições ao intangível	-41.593	-18.665
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-1.244	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.547	-597
6.03.01	Captações	23.096	0
6.03.02	Pagamentos	-355	-338
6.03.04	Pagamento de mutuo	-194	-259
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.842	-5.772
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.442	11.117
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.600	5.345

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	119.933	0	3.874	0	0	123.807
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	119.933	0	3.874	0	0	123.807
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422	0	422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422	0	422
5.07	Saldos Finais	119.933	0	3.874	422	0	124.229

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	35.001	0	1.033	0	0	36.034
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.001	0	1.033	0	0	36.034
5.04	Transações de Capital com os Sócios	27.144	0	0	0	0	27.144
5.04.01	Aumentos de Capital	27.144	0	0	0	0	27.144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.364	0	1.364
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.364	0	1.364
5.07	Saldos Finais	62.145	0	1.033	1.364	0	64.542

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	60.457	36.140
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.846	21.992
7.01.02	Outras Receitas	92	79
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.519	14.069
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.741	-24.337
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.880	-21.815
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-288	-384
7.02.04	Outros	-2.573	-2.138
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.716	11.803
7.04	Retenções	-2.655	-1.950
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.655	-1.950
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.061	9.853
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.584	419
7.06.02	Receitas Financeiras	956	99
7.06.03	Outros	628	320
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.645	10.272
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.645	10.272
7.08.01	Pessoal	2.112	1.634
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.678	1.317
7.08.01.02	Benefícios	338	237
7.08.01.03	F.G.T.S.	96	80
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.640	2.657
7.08.02.01	Federais	1.515	1.568
7.08.02.03	Municipais	1.125	1.089
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.176	2.890
7.08.03.01	Juros	3.132	1.992
7.08.03.02	Aluguéis	170	204
7.08.03.03	Outras	874	694
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	628	178
7.08.03.03.02	Outras	246	516
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.717	3.091
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.295	1.727
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	422	1.364

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 07 de maio de 2012 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo OHL, comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2012 (1T12), período encerrado em 31 de março de 2012. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 1T12 foi de 6.923 mil veículos, 2,4% abaixo do realizado no mesmo período em 2011 (7.094mil). Essa redução em relação ao ano anterior se deve principalmente pelo fato de que no primeiro trimestre de 2011 tivemos um incremento no tráfego devido à interdição da BR376 que desviou parte do tráfego para a Empresa. Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou redução de 2,2% reflexo da diminuição do tráfego de veículos comerciais ocasionado pelo período de férias.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. No 1T12 a receita bruta de pedágio foi de R\$ 22,8 milhões. Mesmo com tráfego pedagiado menor a receita bruta no 1T12 foi R\$ 854 mil superior que o 1T11 e em R\$ 700 mil se comparado com o 4T11. Esse aumento é reflexo do aumento da tarifa ocorrido em 19 de dezembro de 2011 que reajustou a tarifa de R\$ 3,10 para R\$ 3,30.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 37,5 milhões, sendo R\$ 23,4 milhões maior que o 1T11. Essa variação é devido às chuvas ocorridas no 1T11 que atrasaram o cronograma de obras naquele período. Com objetivo de recuperar os atrasos ocorridos no primeiro e segundo trimestre de 2011, houve intensificação das obras no quarto trimestre. Com isso na comparação 1T12 X 4T11 registramos redução nos investimentos de R\$ 11,6 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas do 1T12 reduziram em relação ao 4T11. Essa variação foi influenciada, pela redução da necessidade de serviços emergenciais na rodovia, redução dos serviços de roçada, monitoração da rodovia e redução das despesas com consultoria jurídica. Na comparação com o 1T11 verificamos um acréscimo de 12,8% nos custos dos serviços prestados devido ao dissídio salarial de 5,5%, aumento dos custos com prêmios de seguros de risco de engenharia.
- De acordo com ICPC01 a Empresa apurou os custos de serviços de construção que totalizam R\$ 37,5 milhões no 1T12 23,7% menor que o 4T11 e 166,7% maior do que o 1T11. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.

Comentário do Desempenho



- A provisão para manutenção aumentou em 23,2% em relação ao 4T11 e 18,2% em relação ao 1T11. As provisões de manutenção são parte das obrigações contratuais da concessionária, e variam de acordo com o cronograma de obrigações do contrato de concessão. A carga de provisões é influenciada pelo tráfego. À medida que o tráfego se realiza e aumenta (pelo uso da rodovia) a necessidade de manutenção e consequente provisão aumenta.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 1T12 em R\$ 7,1 milhões e R\$ 6 milhões no 4T11, representando 17,9% de acréscimo ocasionado por menores custos de conservação da rodovia e aumento da receita. Em comparação com igual período do ano anterior, o EBITDA do 1T12 variou 8,4% negativamente devido ao aumento dos custos em relação ao ano anterior. O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 1T12 R\$ 1,3 milhões maior em relação ao trimestre anterior refletindo o menor custo no trimestre atual. Em relação ao 1T11 registramos diminuição do EBITDA ajustado em 5,3%. Essa redução foi influenciada principalmente pelos maiores custos no trimestre atual.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 1T12, o resultado financeiro fechou 12,1%, melhor em comparação com o 4T11. Essa variação positiva se deve ao acréscimo na receita financeira. Em comparação com igual período do ano anterior o resultado financeiro ficou 7,0% melhor ocasionado pela redução nos juros com mútuos, contratação de empréstimos com maiores prazos e taxas menores.

Lucro Líquido

- No 1T12 a Empresa obteve um lucro líquido de R\$ 422 mil ante prejuízo de R\$ 472 mil no 4T11. Esta melhora no resultado está relacionada com redução nos custos, e aumento da receita de pedágio. Em relação ao 1T11 o lucro líquido da Empresa foi menor devido aos maiores custos operacionais e amortizações no trimestre atual.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 1T12 com endividamento bruto de terceiros de 185,1 milhões, apresentando um acréscimo, se comparado ao 4T11 devido à liberação de R\$ 23 milhões referente partes sub crédito "A" e "B", integrante do empréstimo de longo prazo celebrado com o BNDES. O endividamento líquido no 1T12 foi de R\$ 158,5 milhões ante R\$ 122,3 no 4T11. Esta diferença no endividamento líquido é resultado de captações como citado acima e resgates de aplicações financeiras para fazer frente aos investimentos realizados no período.

Investimentos

- No o 1T12 foram investidos R\$ 41,5 milhões (19,5%) de um total aproximado de R\$ 212 milhões, previstos para o ano de 2012.

Comentário do Desempenho



Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Pavimento, elementos de proteção e segurança;
- (ii) Obras de artes especiais, drenagens, terraplenos, faixas domínio, edificações e sistemas elétricos;
- (iii) Duplicações;
- (iv) Correção de traçado, ruas laterais e terceiras faixas;
- (v) Dispositivos, interseções, acessos e retornos novos;
- (vi) Passarelas, barreiras de concreto e pórticos;
- (vii) Edificações, projetos, cadastros e desapropriações;
- (viii) Equipamentos, veículos e sistemas de controle.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Planalto Sul	6.923.030	7.079.333	7.094.194	-2,2%	-2,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	60.457	71.305	36.140	-15,2%	67,3%
Receitas de pedágio	22.846	22.146	21.992	3,2%	3,9%
Receitas de obras	37.519	49.159	14.069	-23,7%	166,7%
Receitas acessórias	92	-	79	-	16,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.323)	(2.257)	(2.203)	2,9%	5,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	58.134	69.048	33.937	-15,8%	71,3%
CUSTOS E DESPESAS	(51.006)	(63.004)	(26.152)	-19,0%	95,0%
Custo dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.756)	(10.988)	(9.539)	-2,1%	12,8%
Custo dos serv. de construção	(37.519)	(49.159)	(14.069)	-23,7%	166,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(1.316)	(1.652)	(1.344)	-20,3%	-2,1%
Remuneração da administração	(176)	(199)	(152)	-11,6%	15,8%
Despesas Tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para Manutenção em Rodovia	(1.239)	(1.006)	(1.048)	23,2%	18,2%
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	-	-	-
EBITDA	7.128	6.044	7.785	17,9%	-8,4%
Margem EBITDA	12,3%	8,8%	22,9%		
DEPRECIações, AMORTIZAções E PROVISões	(2.655)	(2.413)	(1.950)	10,0%	36,2%
Depreciação de imobilizado	(56)	(62)	(41)	-9,7%	36,6%
Amortização do intangível	(2.153)	(1.905)	(1.463)	13,0%	47,2%
Amortização do diferido	(446)	(446)	(446)	0,0%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(3.717)	(4.230)	(3.995)	-12,1%	-7,0%
Receitas financeiras	956	719	99	33,0%	865,7%
Despesas financeiras	(4.673)	(4.949)	(4.094)	-5,6%	14,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	756	(599)	1.840	-226,2%	-58,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(334)	127	(476)	-363,0%	-29,8%
Corrente	(490)	61	(561)	-903,3%	-12,7%
Diferido	156	66	85	136,4%	83,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	422	(472)	1.364	-189,4%	-69,1%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
EBITDA	7.128	6.044	7.785	17,9%	-8,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.239	1.006	1.048	23,2%	18,2%
EBITDA Ajustado¹	8.367	7.050	8.833	18,7%	-5,3%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela OHL Brasil S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.ohlbrasil.com.br](http://www.ohlbrasil.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de Rio Negro, no Estado do Paraná, Brasil, na Avenida Afonso Petschow nº 4040, foi constituída em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). A Sociedade iniciou suas operações em 14 de fevereiro de 2008.

No período de três meses findo em 31 de março de 2012 não ocorreram mudanças no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

2. CONCESSÃO

No período de três meses findo em 31 de março de 2012 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação às demonstrações de 31 de dezembro de 2011, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846 na data-base da concessão. A partir de 31 de março de 2012 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$38.612 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2012, os montantes de R\$216.719 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$347.774 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 da Sociedade foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 581, de 31 de julho de 2009 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 e a IAS 34 Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Em 31 de março de 2012 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$12.171 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

As demais informações relativas às: base de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas

Notas Explicativas

adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

- 4.1. Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante:		
Provisão para manutenção – real	576	500
Provisão para manutenção a valor presente	561	484
Efeito de ajuste a valor presente	15	16
Provisão para investimentos – real	5.268	4.735
Provisão para investimentos a valor presente	5.161	4.580
Efeito de ajuste a valor presente	107	155
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo não circulante:		
Provisão para manutenção – real	14.955	13.185
Provisão para manutenção a valor presente	10.333	9.013
Efeito de ajuste a valor presente	4.622	4.172

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do período.

- 4.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas Informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2012. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas Informações trimestrais.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros -	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

	Reconhecimento e Mensuração.	
IFRS 10 - Informações trimestrais Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar Informações trimestrais consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) Informações trimestrais Consolidadas e Separadas	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) Investimentos em Coligadas	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Benefícios a empregados	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no exercício de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, foram adotados nas Informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas Informações trimestrais.

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro	Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e bancos	1.674	3.013
Aplicações financeiras (*)	<u>13.926</u>	<u>27.429</u>
	<u>15.600</u>	<u>30.442</u>

(*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos, com carteiras compostas por títulos com liquidez imediata insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação de carteira é a seguinte:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Fundo Concessões Brasil 2	12.181	22.674
Cédula de Crédito Bancário – CDB	<u>1.745</u>	<u>4.755</u>
	<u>13.926</u>	<u>27.429</u>

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Pedágio eletrônico a receber	2.879	3.121
Cartões de pedágio a receber	<u>457</u>	<u>417</u>
	<u>3.336</u>	<u>3.538</u>

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Seguros	1.881	264
Adiantamento a fornecedores	<u>375</u>	<u>361</u>
	<u>2.256</u>	<u>625</u>

Notas Explicativas**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Foram constituídos como segue:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	58	57
Ajustes dos impostos diferidos em função de práticas contábeis adotadas:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	(8.692)	(7.642)
Amortização de intangível de obras futuras	544	499
Provisão para manutenção de rodovias	10.651	9.412
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	1.309	1.084
Estorno de capitalização de juros	<u>66</u>	<u>66</u>
	3.878	3.419
Base de cálculo	<u>3.936</u>	<u>3.476</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito constituído - ativo não circulante	<u>1.338</u>	<u>1.182</u>

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração da Sociedade.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Período/Exercício a findar em</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
2012 (a partir de abril)	31	36
2013	43	38
2014	45	39
2015	47	41
Após 2015	<u>1.172</u>	<u>1.028</u>
	<u>1.338</u>	<u>1.182</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade deve manter depositado em conta de reserva junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais

Notas Explicativas

accessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Esse valor em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$11.013 R\$9.573 respectivamente.

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldo em 31.12.2011	461	366	151	401	225	1.604
Adições	10	7	5	6	-	28
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2012	<u>471</u>	<u>373</u>	<u>156</u>	<u>407</u>	<u>225</u>	<u>1.632</u>
Depreciação acumulada:						
Saldo em 31.12.2011	(111)	(96)	(27)	(243)	(22)	(499)
Adições	(12)	(9)	(3)	(21)	(11)	(56)
Saldo em 31.03.2012	<u>(123)</u>	<u>(105)</u>	<u>(30)</u>	<u>(264)</u>	<u>(33)</u>	<u>(555)</u>
Imobilizado líquido:						
Saldo em 31.12.2011	<u>350</u>	<u>270</u>	<u>124</u>	<u>158</u>	<u>203</u>	<u>1.105</u>
Saldo em 31.03.2012	<u>348</u>	<u>268</u>	<u>126</u>	<u>143</u>	<u>192</u>	<u>1.077</u>
Taxas de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	-

11. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31.12.2011	277.339	315	50.844	328.498
Adições	700	-	37.803	38.503
Transferências	<u>22.410</u>	-	<u>(22.410)</u>	-
Saldo em 31.03.2012	<u>300.449</u>	<u>315</u>	<u>66.237</u>	<u>367.001</u>
Amortização acumulada:				
Saldo em 31.12.2011	(13.934)	(191)	-	(14.125)
Adições	<u>(2.137)</u>	<u>(16)</u>	-	<u>(2.153)</u>
Saldo em 31.03.2012	<u>(16.071)</u>	<u>(207)</u>	-	<u>(16.278)</u>
Intangível líquido:				
Saldo em 31.12.2011	<u>263.405</u>	<u>124</u>	<u>50.844</u>	<u>314.373</u>
Saldo em 31.03.2012	<u>284.378</u>	<u>108</u>	<u>66.237</u>	<u>350.723</u>

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de

Notas Explicativas

tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

12. DIFERIDO

Estão representados por:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Materiais e serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	1.308	1.308
Amortização acumulada	<u>(5.661)</u>	<u>(5.215)</u>
	<u>12.171</u>	<u>12.617</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,68% a.a.	463	761
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,58% a.a.	4.921	2.516
Financiamento de Veículo Banco Volks(c)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>90</u>	<u>90</u>
		<u>5.474</u>	<u>3.367</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,68% a.a.	77	118
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,58% a.a.	179.459	158.688
Financiamento de Veículo Banco Volks(c)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>120</u>	<u>142</u>
		<u>179.656</u>	<u>158.948</u>

Notas Explicativas

A Sociedade capitalizou no período findo em 31 de março de 2012 o percentual médio de 12,4% dos juros sobre os empréstimos e financiamentos.

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d' água, sistema de arrecadação de pedágio e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.
- (b) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (c) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias dessas cédulas são os próprios bens.

Em 31 de março de 2012 as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Período/exercício a findar em</u>	<u>R\$</u>
2013 (a partir de abril)	6.910
2014	10.059
2015	11.191
2016	12.158
Após 2016	<u>139.338</u>
	<u>179.656</u>

No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo.

Em 31 de março de 2012 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das Demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2012, o saldo de R\$7.530 (R\$11.750 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante:		
<u>Controladora:</u>		
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	11.745	10.644
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	<u>217</u>	<u>229</u>
	<u>11.962</u>	<u>10.873</u>
Dividendos propostos		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>884</u>	<u>884</u>
<u>Fornecedores partes relacionadas:</u>		
Paulista Infraestrutura Ltda. (b)	716	751
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.290	3.318
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>536</u>	<u>397</u>
	<u>4.542</u>	<u>4.466</u>
Passivo não circulante:		
<u>Partes relacionadas:</u>		
<u>Controladora:</u>		
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>37.000</u>	<u>37.000</u>
	<u>Resultado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
<u>Controladora:</u>		
Juros de mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	1.296	1.585
<u>Partes relacionadas:</u>		
<u>Execução de obras:</u>		
Latina Manutenção de Rodovias (b)	<u>687</u>	<u>423</u>
	<u>1.983</u>	<u>2.008</u>

(a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”) (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
29.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.540	10.301
27.11.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	13.000	17.127	16.740
19.12.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>21.078</u>	<u>20.603</u>
			<u>37.000</u>	<u>48.745</u>	<u>47.644</u>

Notas Explicativas

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2012. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro; os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

No decorrer dos períodos findos em 31 de março de 2012 e de 2011, a Sociedade pagou os montantes de R\$176 e R\$152, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 são de R\$662 e R\$519, respectivamente. As metas são como seguem:

- (i) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados e os demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

- (ii) Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

16. PROVISÕES

16.1 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

Notas Explicativas

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis e trabalhistas durante o período findo em 31 de março de 2012 são conforme segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições(a)</u>	<u>Baixas(b)</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2012</u>
Cíveis	56	4	(3)	1	58
Trabalhistas	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>(6)</u>	=	=
	<u>57</u>	<u>9</u>	<u>(9)</u>	<u>1</u>	<u>58</u>

(a) Adições de novos processos.

(b) Baixas em função da alteração do risco de perda ou arquivamento do processo.

A Sociedade não possui processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento advindos do curso normal de suas operações classificados como risco possível por seus advogados.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

16.2 Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo que na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na manutenção são considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação dos saldos das provisões para a manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são conforme segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>
Saldo em 31.12.2011	484	4.580	9.013
Adições	77	581	1.320
Saldo em 31.03.2012	<u>561</u>	<u>5.161</u>	<u>10.333</u>

A Sociedade no período findo em 31 de março de 2012, não efetuou pagamentos referente a manutenções.

Notas Explicativas

17. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$195 e R\$188, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor é anual, dividido em doze parcelas iguais e mensais, e sua correção é pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

18. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Em 31 de março de 2012, e em 31 de dezembro de 2011 o saldo de R\$ 1.554 refere-se a adiantamentos à indenização do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$119.933 está representado por 114.744 mil ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31.03.2012	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação %</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	114.744.262	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,00001</u>
	<u>114.744.265</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**20. RECEITA**

Está representado por:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Receita de serviços prestados	22.846	21.992
Receita de serviços de construção	37.519	14.069
Receitas acessórias	<u>92</u>	<u>79</u>
	<u>60.457</u>	<u>36.140</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Receita bruta	60.457	36.140
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(370)	(316)
ISSQN	(1.124)	(1.088)
PIS	(147)	(142)
COFINS	<u>(682)</u>	<u>(657)</u>
Receita líquida	<u>58.134</u>	<u>33.937</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Com pessoal	(1.466)	(1.072)
Serviços de terceiros	(3.966)	(4.208)
Depreciações / Amortizações	(2.469)	(1.780)
Manutenção e conservação	(3.508)	(2.686)
Custo de obras	(37.519)	(14.069)
Provisão para manutenção	(1.239)	(1.048)
Transporte	(261)	(252)
Taxa de fiscalização	(585)	(553)
Outros custos	<u>(970)</u>	<u>(768)</u>
	<u>(51.983)</u>	<u>(26.436)</u>

Notas Explicativas

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Com pessoal	(825)	(705)
Serviços de terceiros	(199)	(293)
Depreciações / Amortizações	(186)	(170)
Manutenção / Conservação	(21)	(20)
Consumo	(11)	(9)
Transporte	(38)	(55)
Outras despesas	<u>(222)</u>	<u>(262)</u>
	<u>(1.502)</u>	<u>(1.514)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	715	99
Aplicações financeiras vinculadas	<u>241</u>	-
	<u>956</u>	<u>99</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(4.428)	(3.577)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(225)	(132)
Comissões	(18)	(379)
Outras despesas	<u>(2)</u>	<u>(6)</u>
	<u>(4.673)</u>	<u>(4.094)</u>

23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	14.255	6.537
Juros capitalizados	628	320

Atividades de financiamento não relacionadas em caixa:

Notas Explicativas

Integralização de capital mediante a quitação de contratos de mútuos celebrados com a OHL Brasil S.A. - 27.144

24. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	756	1.840
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(257)	(626)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeitos de adições e exclusões	<u>(77)</u>	<u>150</u>
Despesa contabilizada líquida	<u>(334)</u>	<u>(476)</u>
Despesa líquida de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(490)	(561)
Diferidos	<u>156</u>	<u>85</u>
	<u>(334)</u>	<u>(476)</u>

25. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido do exercício	422	1.364
Número de ações durante o ano	<u>114.744</u>	<u>45.260</u>
Lucro por ação – básico - R\$	<u>0,00368</u>	<u>0,03014</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	422	1.364
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	<u>114.744</u>	<u>45.260</u>
Lucro por ação – diluído – R\$	<u>0,00368</u>	<u>0,03014</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas

Notas Explicativas

na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e ou outras opções a serem conciliadas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	9,00%	11,25%	13,50%
Juros a incorrer mútuos (*)	(4.872)	(5.954)	(7.033)
Receita de aplicações financeiras	2.245	2.807	3.368
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(15.200)	(17.966)	(20.732)
Juros a Incorrer líquido	(17.827)	(21.113)	(24.397)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 30.03.2012.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

b) Risco de crédito

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$2.879 e R\$3.121, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

Notas Explicativas

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros média ponderada %	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
	a.a.						
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Juros	2,68	17	4	-	-	-	21
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Principal		<u>419</u>	<u>115</u>	=	=	=	<u>534</u>
		<u>436</u>	<u>119</u>	=	=	=	<u>555</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) – Juros	2,58	11.484	14.752	13.972	13.085	62.767	116.060
Financiamento de investimentos (BNDES) – Principal		<u>2.137</u>	<u>9.003</u>	<u>10.081</u>	<u>11.265</u>	<u>152.237</u>	<u>184.723</u>
		<u>13.621</u>	<u>23.755</u>	<u>24.053</u>	<u>24.350</u>	<u>215.004</u>	<u>300.783</u>
Financiamento de Veículo Banco Volks – Juros	16,63	15	20	11	-	-	46
Financiamento de Veículo Banco Volks – Principal		<u>53</u>	<u>70</u>	<u>41</u>	=	=	<u>164</u>
		<u>68</u>	<u>90</u>	<u>52</u>	=	=	<u>210</u>

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de março de 2012, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita(*)	180.000
	Responsabilidade Civil	30.000
Garantia (*) por sinistro	Garantia de execução do Contrato de Concessão	45.987

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 24 de abril de 2012 a Sociedade obteve a quinta liberação de parte do Sub-crédito A no valor de R\$939 mil, e terceira liberação do Sub-crédito B no valor de R\$14.506 mil, totalizando R\$23.093 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Na mesma data, houve subscrição de capital no valor de R\$17.884 mil por parte da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. onde R\$ 17.000 mil deverá ser integralizado em moeda corrente nacional em até 30 dias da subscrição, e R\$ 884 mil foi integralizado em moeda corrente nacional mediante a compensação com o valor dos dividendos distribuídos. Foram emitidas 16.518.700 novas ações ordinárias

Notas Explicativas

nominativas e sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1,0827 (um real e oitocentos e vinte sete milésimos de centavos).

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES TRIMESTRAIS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pela Diretoria em 07 de maio de 2012.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



QUEM SOMOS

A **Autopista Planalto Sul**, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a responsável, desde 2008, pelos 412,7 quilômetros da rodovia BR-116, fazendo a ligação da capital paranaense à divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 1,9 bilhão durante sua vigência de 25 anos, incluindo a operação da rodovia.

A OHL Brasil S.A. é maior Companhia do setor de concessões de rodovias no Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A OHL Brasil S.A. é uma empresa brasileira controlada pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve suas atividades na área de promoção de infra-estrutura, incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral do grupo espanhol OHL, um dos líderes dos setores de construção e concessão na Espanha.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto S.A.

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

As Informações Trimestrais (ITR) incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e ao resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2011, obtidas das correspondentes Informações Trimestrais (ITR) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e a revisão limitada das Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012 (as ITR referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011 foram apresentadas em 10 de maio de 2011). Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Curitiba, 07 de Maio de 2012.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 124504/O-9 S/PR Contador CRC 1SP 139268/O-6 S/PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio Negro, 07 de maio de 2012

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Arthur de Vasconcellos Netto

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Presidente

Juan Luis Osuna Gómez

Conselheiro

Felipe Ezquerra Plasencia

Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio Negro, 07 de maio de 2012

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Arthur de Vasconcellos Netto

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Presidente

Juan Luis Osuna Gómez

Conselheiro

Felipe Ezquerra Plasencia

Conselheiro